

Sim para a contribuição social para o ensino superior

Simon Schwartzman

Publicado na <i>Folha de São Paulo</i> , 20 de dezembro de 2003 (Tendências/Debates, p. 3)
--

Não se pode discordar, do ponto de vista da justiça social, de que aqueles que mais se beneficiam da educação pública devem contribuir de alguma forma para seu financiamento, e a solução proposta pela Deputada Selma Schons é engenhosa – uma contribuição social daqueles já formados, que tenham condições de pagar.

Mas os problemas da educação superior brasileira não são só os do aumento de vagas e do financiamento das universidades públicas, e tenho sérias dúvidas sobre a outra parte da proposta: aumentar as vinculações constitucionais dos gastos com educação, e, dentro destes gastos, aumentar a parte que vai para as universidades públicas. Questiono também a forma pela qual a Deputada pretende amarrar esta contribuição: para a ampliação das vagas das universidades públicas e o aumento de salário de seus professores.

Além de cobrar mais adiante de quem puder pagar, é necessário ajudar a quem está estudando hoje, tanto em instituições públicas quanto em instituições particulares. Pessoas que têm talento, dedicação mas poucos recursos, e estão matriculadas em boas instituições, precisam de apoio para estudar, na forma de dinheiro de manutenção e pagamento de anuidades. Um melhor uso para a contribuição proposta pela Deputada seria o de financiar um amplo fundo de crédito educativo, que desse apoio a quem o necessita desde já, seja em instituições públicas, que poderiam então cobrar anuidades deste fundo, seja em instituições privadas de qualidade.

Não adianta muito dar mais dinheiro para as universidades públicas, sem transformá-las em instituições com capacidade e responsabilidade de gerir seus recursos com competência e eficiência. Para isto, elas precisam ter autonomia para administrar seu patrimônio, suas rendas e seu quadro de pessoal, sem as amarras do regime de funcionalismo público, e responder com competência aos desafios de proporcionar educação de qualidade, desenvolver pesquisas relevantes, e contribuir para o bem comum. Para que esta autonomia não se degenere em acomodação, são necessários sistemas públicos confiáveis e independentes de avaliação, e vinculação de verbas públicas a produtos e resultados medidos e comprovados.

O esperado aumento das matrículas no ensino superior, que está sendo previsto, pode ter um grande impacto sobre a qualidade do ensino superior, dadas as enormes deficiências de nosso ensino médio. Financiar o aumento do acesso às universidades sem ter certeza de que os conteúdos dos cursos serão adequados à nova clientela seria uma política demagógica. A idéia de que universidades públicas, ou pelo menos parte delas, deva se dedicar a atender estudantes mais pobres, com má formação de nível médio, faz sentido socialmente, desde isto não seja feito à custa de outros setores ainda mais carentes, e que seja apoiada por projetos educacionais bem concebidos para este novo público, que até agora quase não existem.

Além da preocupação com a justiça social, as universidades públicas têm muitos de nossos melhores cursos e centros de pesquisa, com padrões altos de qualidade e exigência, e isto precisa ser reforçado e estimulado. Como combinar atendimento de massas e formação de qualidade? Separando funções e identificando vocações, seja de cursos e departamentos, de instituições inteiras. Programas com objetivos distintos não custam a mesma coisa, professores com diferentes qualificações e em diferentes regiões requerem salários diferenciados, algumas áreas têm facilidade de gerar recursos próprios, outras

precisam de mais subsídio. São estas questões, e não se as instituições são públicas ou privadas, que devem orientar as políticas públicas para o setor.

Ninguém pode ser contra dar mais dinheiro à educação. Tal como está na Constituição hoje, no entanto, os gastos públicos com educação no Brasil já chegam a cerca de 5.5% do PIB, um patamar semelhante ao dos países europeus, e existem muitas outras carências. É pouco, porque nosso PIB não é grande; mas também há muito desperdício, do qual faz parte o subsídio que é feito àquela parcela da população que estuda de graça e tem condições de pagar pelo menos alguma coisa, enquanto estuda ou depois. Mas não nos iludamos: com mais ou menos dinheiro, com contribuição social ou sem ela, nossas universidades precisam de reformas profundas, para continuarem justificando sua existência, e recebendo mais recursos e apoio.